



PODEROSO SEXO FRÁGIL: ABORDAGEM SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA MULHER BRASILEIRA.

Anne Caroline Pereira Bezerra (1); Quezia Rafael Figueredo Santos (2); Jéssica Maria Marques Henriques (3); Rosângela Vidal de Negreiros (4)

Universidade Federal de Campina Grande – karolrbd02@hotmail.com (1), quezia-figueredo@hotmail.com (2), jessyhenriques@hotmail.com (3), negreiros.vidal@hotmail.com (4)

RESUMO: A questão dos direitos sexuais e reprodutivos possui uma grande complexidade e um amplo contexto histórico a ser discutido. De certo modo, sabe-se que os maiores obstáculos sobre esses direitos apresentam-se na forma de aspectos sociais. Destaque-se que as construções impostas pela sociedade influenciam na cultura, tornando ambos os sexos seres culturais, plurais e variáveis, estabelecendo padrões de comportamentos aceitáveis ou não para homens e mulheres, delimitando assim, campos de atuação para cada sexo. Com base nesse contexto, o movimento feminista surgiu na tentativa de mudar esse cenário de discriminação, desigualdade, vulnerabilidade e subordinação, que através de muita luta obtiveram conquistas que as aliviaram um pouco dos princípios machistas. Pois a sociedade costuma olhar para as mulheres apenas como um fator biológico, como aquele ser determinado apenas para ter filhos. Tanto que a saúde da mulher, por um bom tempo foi limitada apenas a questão materno-infantil, com uma assistência completamente fragmentada privilegiando sua capacidade reprodutiva. Sendo assim o movimento feminista brasileiro contribuiu significativamente para um novo modelo de políticas públicas, a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), valorizando assim, a prevenção e a assistência fragmentada. Então, com essa luta pelos direitos humanos, iremos observar que só é possível garantir a igualdade de oportunidade diante da igualdade perante a lei. Porém, estamos diante de um cenário complexo, pois durante todo processo as mulheres enfrentarão barreiras, inclusive na tentativa de inserção na política de nosso país.

Palavras-chave: Feminismo, Direitos, Mulheres, Maternidade



INTRODUÇÃO

Mediantes as lutas que as mulheres enfrentam durante toda a sua história e levando-se em consideração as condições como são vistas na atualidade pela sociedade brasileira, nasce a importância de analisar historicamente toda essa luta envolvendo esse grupo, ressaltando a importância do feminismo, de conceituar e colocar em prática os princípios de gênero, onde esses fatores estão diretamente relacionados com essa jornada, principalmente em relação a mulher brasileira, que infelizmente em pleno século XXI são vítimas de violências e sempre subjugadas pela sociedade.

Citar termos como política, aborto, prostituição e maternidade são de extrema relevância para se entender a vulnerabilidade da população feminina no Brasil, associar essas palavras ao movimento social feminista é demonstrar o quanto as mulheres ainda têm a conquistar para serem vistas como sujeitos de direito e que deve ter seu papel social respeitado por todos. Dar voz e escuta qualificada a mulher é o início para uma sociedade humanizada e igualitária para todos que a constitui.

Assim, o objetivo do trabalho é identificar as dificuldades das mulheres em relação aos direitos sexuais e reprodutivos,

baseando-se nos ideais feministas e na “evolução” do papel das mulheres perante a política Brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a produção do artigo foi a pesquisa bibliográfica, que é baseada em estudos teóricos publicados entre 2014 a 2015, a fonte de pesquisa foram artigos científicos pesquisados na Scientific Electronic Library Online (SciELO) a partir dos descritores “Feminismo” AND “Política” AND “Maternidade” AND “Aborto”.

Para levantamento das evidências científicas utilizou-se da abordagem qualitativa dos artigos selecionados, enfatizando os seguintes métodos de exclusão e inclusão dos temas descritos: textos disponíveis na íntegra, idioma português, pesquisas realizadas no âmbito nacional, como assunto principal o feminismo, documento apenas artigos científicos, no período de 2014 a 2016. Após a busca no banco de dados e na biblioteca virtual, foram encontrados 21 artigos que favoreciam o tema, porém foi realizada a leitura dos resumos que resultou no levantamento de 12 (doze) artigos selecionados para esse estudo.

Além desses artigos, também foram usadas outras fontes bibliográficas, como os



livros Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil, do Ministério da Educação do Brasil e o Caderno de Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes do Ministério da Saúde. Necessitou também de recorrer aos dados encontradas no site do Tribunal Superior Eleitoral, que faziam ligação entre o sexo e política.

1. Poderoso “Sexo Frágil”

A mulher vem conquistando um papel na sociedade que alguns anos atrás não eram aceito, sendo considerado impróprio, imoral entre outras coisas. A mulher foi criada para servir, para ter uma família, cuidar do marido e dos filhos, não para trabalhar, mas os tempos mudaram e as mulheres foram conquistando um espaço político e social, mas para muito isso não era possível e não aceito. O papel da mulher não era visto na vida exterior, isto ficava a cargo dos homens, o que ficava na responsabilidade das mulheres se referia a vida íntima, aos sentimentos e a tranquilidade do lar, estar fora dele exercendo alguma função política ou apenas trabalhando era como desestruturar o lar, o santuário da família.

A ruptura dos valores tradicionais, que seriam as mulheres ficarem em casa cuidando dos filhos e os maridos, trabalhando fora era

atrelada a várias causas, uma delas poderia ser a necessidade de complementar a renda familiar, mas também poderia ser a mulher cansada da submissão em busca de um tipo de independência. A luta das classes proletárias levou as mulheres a ampliar os horizontes como mulheres trabalhadoras que ajudou a tornar suas mentes flexíveis, desenvolvendo seus pensamentos e apontou a direção para onde deveriam concentrar os seus esforços.

Durante vários séculos, as mulheres tinham suas figuras ligadas ao ambiente doméstico, sempre subordinado ao poder dos homens, na maioria das vezes sendo pai ou marido. É importante lembrar que durante toda a história a mulher em relação ao trabalho é vista com grande discriminação, seja ligada ao salário desigual em relação aos homens, não tendo direitos trabalhistas, sempre lhes associando as tarefas que não as estingassem ao desenvolvimento intelectual, não sendo ligadas ao meio educacional e quando entraram no mercado de trabalho, tendo sempre dupla jornada (trabalhando nos seus afazeres domésticos, não remunerados, e ainda trabalhando fora de casa).

Por fim, temos a mulher como um ser humano inserido na vida social, econômica e política e não apenas como um ser meramente reprodutivo com a finalidade de cuidar e obedecer. A mulher está inserida como um



todo na sociedade, mas ainda enfrenta várias lutas diariamente para conquistar os seus direitos, entre eles os sexuais e reprodutivos, tendo acesso a informação, decidindo quando quer ou não ser mãe. Nesse contexto temos como aliado a luta por direitos que advém do feminismo.

2. História e Conquistas do Feminismo no Brasil

Ao falar da história do feminismo, devemos discutir questões de discriminação, desigualdade, vulnerabilidade e subordinação, que vai do privado ao público, evidenciada por discriminações que são demonstradas na maioria das vezes como violência de gênero. Diante do exposto, iniciaremos abordando sobre as condições das mulheres brasileira, citando suas principais conquistas que as “libertaram” dos princípios machistas e construíram uma sociedade que aparentemente é a favor das mulheres.

O século XX foi de grande relevância para o crescimento das mulheres, no âmbito de direitos e autonomia, conseguindo em 1932 o direito ao voto e sendo inseridas na sociedade industrial. No que diz respeito ao voto que trouxe o poder das mulheres de se candidatar aos cargos na política, é um assunto se coloca em resalta, tendo em vista que estamos no ano de 2016 fazendo 84 anos que a sociedade feminina adquiriu esse direito

no Brasil, tomando como base as eleições de 2014, apenas 31,07% dos candidatos eram mulheres, levando-se em consideração que a população feminina foi 52,11% do eleitorado. Esses dados demonstram o quanto às mulheres devem ser instigadas a entrar nas esferas públicas e conseguir seus objetivos, sempre precisando de todas para produzir uma mudança.

Segundo Carosio (2015) o capitalismo engrandece ainda mais o domínio do modelo masculino e desvalorização do modo feminino de ser, esses marcos são percebidos através da divisão sexual do trabalho, centrada na competência e agressividade, dividindo o público/masculino e privado/feminino.

Com base nesses acontecimentos, chegamos aos dias atuais vendo que a ação feminista não mais se comporta apenas na formação de movimentos organizados, a intenção de pensar sobre as necessidades da mulher não mais atravessa a dificuldade de criar um projeto amplo e universal e essa conquista de emancipação abre portas para a compreensão e a resolução de novos desafios.

3. Maternidade e Feminismo

As relações humanas são bastante complexas, e entre as diversas possibilidades de ações compartilhadas entre as pessoas, a maternidade pode ser citada em particular.



A maternidade vem sendo conceituada não somente pelo fator biológico, como também uma construção social que entra o caráter sentimental. Sendo assim, surgem os sentimentos de revolta quando a mulher não quer engravidar ou até mesmo escolhe eliminar o feto.

O que impede uma mãe de ter acesso a toda sociedade é a falta de senso de responsabilidade coletiva com as crianças. Ter filhos não deveria ser fardo para as mulheres, e isso só deixará de ser, quando a sociedade reconhecer onde está falhando, pois nem só de flores vive o mundo da maternidade, ao mesmo tempo em que a mulher conquista cada vez mais espaço, concilia também as múltiplas tarefas do dia a dia, o que não é nada fácil. Segundo Tomaz (2015) uma série de políticas públicas vigentes tende a atender as necessidades da mulher que é mãe, privilegiando sua capacidade reprodutiva, embora ela exerça atualmente uma série de outros papéis.

Hoje, de fato há uma melhora, mas existem estudos mostrando que esses programas eram voltados mais para ações materno-infantis, propiciando assim uma assistência fragmentada, onde a mulher não tinha um atendimento conforme hoje engloba o conceito de saúde, no caso a integralidade. Nesse contexto, o movimento feminista brasileiro contribuiu significativamente para

um novo modelo de políticas públicas para as mulheres.

4. Garantir a Igualdade de Oportunidade perante a Lei.

Para que as mulheres consigam a igualdade na sociedade a mesma deve estar inserida e motivada a participar das decisões políticas do seu país, e seja capaz de discutir sobre temas que ainda são vistos como tabus pela sociedade, como a prostituição, o aborto e a opressão sofrida pelas mulheres em seus ambientes de trabalho, onde em sua maioria são desestimuladas a denúncia por medo de perder sua fonte de renda ou por receio de procurar ajuda, pois os profissionais do ramo jurídico raramente são preparados para atender casos de violência contra mulheres.

Partimos do princípio dos motivos pelos quais as mulheres não procuram se inserir nos meios políticos, como sendo candidatas a cargos públicos, deve-se ter em mente que existem fatores multidimensionais envolvidos ligados a política. Durante todo o processo voltado para a política, as mulheres sofrem barreiras, inicialmente ao custo para as mesmas entrarem nesse ramo é muito maior, na maioria das vezes essas mulheres estão estudando, trabalhando, cuidando de família e filhos, sendo assim desestimuladas pelo medo de acúmulo das funções, pois além de ter as



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

funções citadas, as mesmas irão adquirir mais uma função, a da política.

Sem ressaltar, a dificuldade que é para uma figura feminina ser aceita pelo partido e o eleitorado conservador, por fim quando essas mulheres chegam ao poder, elas se encontraram em um ambiente onde em sua maioria, constituído de homens e acabam trabalhando de forma isolada dentro do poder público, não tendo oportunidade de colocar em pratica seus projetos visando a sociedade feminina. Diante dessas dificuldades, as que conseguem chegar ao poder, se sentem na obrigação de extinguir as outras mulheres a entrarem no âmbito político, por meio de leis.

Bandeira (2010) afirma que as mulheres estão presentes como candidatas a

cargos na política de forma minoritária, esse fato é presenciado até os dias de hoje, Essa desvantagem na política, fez com que a bancada Feminina no Congresso Nacional criasse leis que estimulassem a implantação das mulheres no poder, uma dessas medidas descrita pelo autor foi a ementa de 1995 (Lei 9.100) que assegurou a obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres candidatas aos cargos legislativos, lançando na sequência a Campanha Mulheres sem Medo do poder e a obrigatoriedade dos Partidos a destinarem 10% do horário eleitoral obrigatórios em rádio e TV para as mulheres. Nesse contexto podemos ver que houve algumas revisões da Legislação Eleitoral voltados para o público feminino, porem a vida das mulheres, com suas rotinas cansativas ainda não mudou



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição das mulheres sempre foi de inferioridade comparada com a dos homens. As coisas mudaram bastante, as mulheres conquistaram espaços sociais e econômicos e até mesmo políticos, lutaram por igualdade e algumas minorias se uniram ao movimento feminista, mas o fato é que ainda existe muito que lutar e o que é pior é que existe certo preconceito com o feminismo. Falta informação na nossa sociedade feminina como um todo, o movimento feminista não é formado apenas por mulheres, não existe para ferir os direitos dos homens, existe para buscar os direitos das mulheres.

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, ainda temos muito que lutar, as mulheres ainda não adquiriram os direitos relacionados ao seu corpo, como exemplo temos a questão do aborto, muitas das mulheres que utilizaram dessa prática, clandestinamente, tiveram um motivo, seja social, econômico ou até mesmo moral, por medo do que pensariam sobre sua gravidez que muitas vezes não é planejada, ainda não temos o direito de escolher ou não quando ser mãe ou até mesmo de não querer ser mãe. Enfim, a luta continua, seja na rua ou nas redes sociais, é preciso manter o que foi conquistado e continuar a lutar pelo que precisamos, ainda por direitos e igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PRÁ, J. R., Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo, *Dossiê: O gênero da política: Feminismo, estados e eleições*. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332014000200169&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 de abril de 2016.
2. ROSE, L. S.; Feminismo: aporte político, teórico e prático para transformações civilizatórias, *Estudos Feministas*, 2015, p. 1038-1040. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000301040. Acesso em: 20 de abril de 2016.
3. ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.18, p. 265-300, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522015000400265&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 de abril de 2016.